

Patrimônio Material: preservação e construção da memória na primeira década do século XXI na cidade de Mossoró¹.

*Mauro Antonio de Oliveira**
*Tiago de Sousa Mariano***
*João Maurício Gomes Neto****

O trabalho vem discutir como o poder público municipal tem tratado a questão da preservação do patrimônio edificado, sobretudo no que converge a construção da memória social. Tendo em vista que o patrimônio em sentido lato é hoje uma temática bastante debatida em congressos, simpósios e seminários, tanto nacionais como internacionais, e, sobretudo, é alvo de várias políticas públicas, com legislação específica, inclusive, no sentido de garantir sua conservação e preservação, a presente discussão ganha relevância social e acadêmica. Neste sentido, se torna relevante porque além de contribuir com a comunidade acadêmica, ela busca construir pontes, diálogos com a sociedade, uma vez que, partimos da premissa segundo a qual as discussões sobre o patrimônio histórico edificado e suas formas de preservação não devem ser feitas apartadas dos sujeitos, mantendo-se uma relação entre o patrimônio e os grupos sociais que lhe dão forma e sentido. Ao mesmo tempo, opera-se um deslocamento espacial importante nas discussões referentes ao tema, saindo dos grandes centros urbanos e direcionando nossos olhares em nível local. Portanto, as reflexões que ventilam esta pesquisa objetivam compreender a política de preservação para o patrimônio material que tem sido levada a cabo pela a municipalidade mossoroense, bem como identificar como esta tem favorecido na construção da memória social na primeira década do século XXI. Assim, propomos um debate na perspectiva de compreensão da temática na contemporaneidade, mostrando seus avanços e recuos. Neste sentido, são relevantes as considerações levantada por, Cecilia Londres (2009), ao abordar a questão das políticas públicas no Brasil e a preservação patrimonial ao longo da história. E sobre tais questões tenta compreender como foi instituída a noção de preservação do patrimônio edificado e suas nuances. A nível local é relevante destacar o debate da André Costa (2009), cujo enfoque se dá em torno de como a cidade Mossoró tem organizado a preservação do seu patrimônio edificado, e como se encontram as políticas públicas de conservação ou preservação. Partindo de leituras como estas, ao adensaremos reflexões sobre as fontes utilizadas na pesquisa, tais como legislações Municipais, Plano Diretor, Decreto e Jornais. Debruçando-se sobre estas, e em constante diálogo com a historiografia que versa sobre a temática, buscamos mapear e compreender a maneira segunda a qual tem se colocado a questão do patrimônio edificado na cidade de Mossoró.

Palavras chave: Patrimônio; Preservação e Memória.

Introdução

A preservação e a conservação do patrimonial material têm sido ao longo da história objeto de domínio das elites dominantes dentro da historiografia vigente. Seus contornos perfazem diferentes fases na historiografia Brasileira², como destaca

*Graduando no VI período pela a Universidade do Estado Rio Grande do Norte - UERN

**Graduando no VI período pela a Universidade do Estado Rio Grande do Norte - UERN

*** Trabalho Orientado pelo o Professor Mestre João Maurício Gomes Neto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

² Fase heroica – abrangem as três décadas de criação; A fase moderna data a década de 1970.

Cecilia Londres em sua obra: *Patrimônio em processo – Trajetória da política Federal de preservação no Brasil (2009)*. Seu trabalho ajuda a pensar como têm sido desenhadas as políticas públicas de preservação do patrimônio edificado fazendo reflexões muito relevantes no contexto em que escreve aos dias atuais. Ao discorrer sobre tal questão notamos que ela busca, sobretudo, abordar uma discussão em dois momentos: fase heroica e moderna. A primeira voltando-se para a instituição, ou seja, a preservação, onde está estariavinculada em preservar a parte física. E a segunda, assumirá uma dimensão expressiva, pois, dialoga diretamente e indiretamente com o objeto da pesquisa em foco. Ela pensa a preservação em um contorno amplo, afastando-se de uma concepção homogeneizadora e aproximando-se de uma posição heterogênea. Desse modo, a espacialidade da qual se volta à pesquisa e o recorte temporal por ela elegido discute aspectos relacionado à dimensão interpretativa, atentando para que ela não se esgote em si mesma. E tão pouco se estabeleça visões cristalizadas.

Para discutir o conceito de patrimônio buscamos respaldo na obra “*Turismo e legado cultural (2000)*”³ na qual a autora faz uma discussão logo no primeiro capítulo acerca da definição do patrimônio no sentido geral, pois relata que na atualidade seu sentido tem se ampliado, permitindo múltiplos significados. Ao mesmo tempo em que coloca-se pertinente pensar o patrimônio sobre duas vertentes: natureza e cultura, sendo que a última alcançará um espaço mais elevado por estar ligada diretamente aos seres humanos. Sobre a última referência, nota-se que a mesma não corresponde a um sentido preciso, pois são múltiplas as dimensões de conceituação dentro do campo da história. Basta pensar no período do renascimento quando a cultura assume uma espaço amplo, porém, é sobretudo, a partir do aparecimento da história problema, isto é, com a ampliação da narrativa histórica, onde a ela deu vez e voz a outros sujeitos que até então se encontravam marginalizados, excluído da história. Além disso, é importante ressaltar outro fator preponderante no alargamento desta narrativa. As revoluções dos Annales ou gerações 1929 vem afirmar e intensificar uma nova forma de se pensar a história em meado do século XX. A partir deste marco a história não será mais a mesma, um novo quadro, é desenhado no pensamento historiográfico. Possibilitando ao historiador novas

³ Margarida Barreto

formas de explorar suas pesquisas. Nessa dimensão, o objeto histórico se amplia, e assim nasce uma discussão patrimonial fora dos padrões estabelecido. As reflexões sobre patrimônio cultural edificado crescem. E as diversas formas de se pensar a história são postas em prática.

Uma outra dimensão vai ser pensada a partir da obra “*Patrimônio Histórico e cultural*” Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, (2009) em que trazem um debate no sentido de que o patrimônio do indivíduo não se consolida no âmbito particular, ele é sempre uma ação coletiva. Além de expor conceitos a respeito da sua formação no Brasil em concomitância com mundo.

A constituição de 1988 retomara alguns pressupostos preservacionistas sugeridos por Mário de Andrade e Aloiso de Guimaraes, que ação de preservação deveria existir sem que fosse preciso instituir o tombamento. Assim tombado, pressuporia uma ação meio que “coagida”. O que legitimaria a essa categoria enquanto valor histórico no sentido mais amplo. Ambos os autores citados acima concordam que, se um determinado bem expressa valor para uma comunidade ele deve ser preservado independente do poder público. Nesta perspectiva, e levando em conta os direitos já garantido na constituição⁴ tem se observado que muitos avanços e propostas dos quais estão contido na constituição não ganhavam materialidade, só com Decreto de nº 3.551 de 04 de agosto de 2000⁵. Em caráter deste decreto, haveria de fato mudanças concretas em relação ao patrimônio não só imaterial, como também o material. Porém, este último não tem sido tratado sem muita importância. O que induz a pensar que o patrimônio imaterial se explicaria por si só. Ou em outra dimensão o patrimônio material estaria perdendo espaço em virtude da modernidade.

O discurso que o autor faz da obra, nos remete a uma interpretação que vai além da percepção de patrimônio visto como um monumento que enxerta estética e beleza, e por trás da sua cal conta-se a história de um lugar ou uma região. Por esta razão ele deve englobar também a preservação da cultura de um povo. Propõem se uma certa “liberdade” quando diz que a preservação do patrimônio de uma comunidade deve passar

⁴ Artigo 216, da constituição Federal de 1988.

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm

pelo abalizamento da comunidade numa ação democrática, isso leva compreender o que pensou Andreia Costa em sua obra lugares do passado espaço do presente.

A memória é um dos elementos ligados à experiência que contribui para o processo de apropriação, pois permite a compreensão de como ocorreu à vivência naquele lugar. Não existe memória sem imaginário e não há imaginário sem memória dos indivíduos (2009, p. 49).

Levando em conta a ideia defendida por Costa, percebe-se que a memória é a base indenitária de um indivíduo. Esse por sua vez, ao viajar ou comemorar um evento, faz reminiscência de um passado, o qual nunca mais será como antes. Porque os sujeitos se encontram em outro contexto, tanto cronologicamente como historicamente. (HALBWACHES - 2004) nos alerta que não existe memória genuinamente individual, haja vista que todo indivíduo se encontra interagindo e sofrendo a ação do meio social através de diversas instituições sociais. Destarte, a memória social está em um processo dinâmico. Neste sentido, busca-se entender elementos que contribuem para alargar ou esvaziar a memória de uma sociedade, sejam eles de ordem diversas, culturais, materiais, imateriais (ideológicos). Para isso, concorda-se em que *“cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico”* (GOFF, p.26).

Nas últimas décadas do século XXI observamos um crescente interesse por parte do poder público local em legitimar cada vez mais memória da cidade. Acerca disso, não mediu esforços, usando os veículos, como, festas⁶, espetáculos, entres outros. Criando espaços de memória, e deslocando fatos históricos para ser contado em outros espaços público, como é o caso do Memorial da Resistência. Verifica-se inerente a questão levantada que órgão responsável pela preservação, está mais interessado em cultivar uma memória apartando-a dos lugares de memória. O que se comprova ao andar pela a cidade, e praticamente não encontrar prédios tombados, ou mesmo características antigas.

É inegável o crescimento que Mossoró tem apresentado na primeira década do século corrente, com uma estrutura pautada no modelo de cidades modernas que em grande medida foca mais a construção dos espaços voltados para a prática turística,

⁶ Festas juninas estendidas.

adequando-se ao tempo presente, em detrimento da real preservação dos lugares de memória. Esse fato não é analisado como ponto negativo. O que se questiona é o seu aceleramento, que de certa forma suprimiu ou abriu margem para retirar a responsabilidade do poder público com os chamados lugares de memórias, ideia percussora do Pierre Nora⁷. Que o autor nos remete a perceber que há aceleração do tempo e é sem dúvida um momento de momento primordial para se pensar a aceleração da história, em um contexto que preservar traços ou vestígios é resistir ao efeito devastador edesintegrante na contemporaneidade.

As discussões que aparecem na imprensa⁸, meio de divulgação, ou mesmo em outroseventos, sempre busca compreender a existência do patrimônio cultural em ascensão, este por sua vez, não é visto como categoria global, ou seja, que dê ênfase à preservação do patrimônio material. Nesse sentido, subentende ou permite interpretar uma não viabilidade por parte poder público local para tal preservação. As políticas públicas que aparecem no bojo das restauraçõessão geralmente as de praças, que em grande maioria descaracterizam seus projetos antigos. Nesses últimos aspectos a imprensa local⁹ tem se encarregado em divulgar.

Dentro de uma análise baseada em uma crítica histórica, a cidade de Mossoró possui, e isso é inegável, um grande acervo histórico e importantes espaços de memória, porém a cidade e mais especificamente os espaços memorialísticos encontra-se alheia a uma política de preservação histórica do patrimônio material desta, sendo a existência deste importantíssimo para a manutenção da memória coletiva da cidade. Nessa apreciação, é nítido ao circular pela cidade o abandono de antigos prédios que trazem a história da cidade em seus traços e vivencias; a União dos Artistas serve como exemplo de um destes lugares que ao invés de serem preservados, na verdade são esquecidos pelo poder público e a própria população, que em muitos casos, não apreendem a importância memorialística destes locais. Segundo Costa (2009), esta ‘destruição’ da importância histórica dos antigos lugares de memória teria sido possível pelo fato da

⁷ “A problemática dos lugares dos lugares de memória” In: Projeto História – Revista do programa de Estudos Pós- Graduação em História e do DHI-PUC/SP. São Paulo, n. 10, Dez/1993

⁸ Jornal “o Mossoroense e o Gazeta do oeste”.

⁹ Os jornais da cidade: O Mossoroense e o Gazeta do oeste.

população ter, na maioria dos eventos ocupada uma postura inativa no processo de construção do memorial da cidade. Sendo ela pensada e construída sobre um pequeno grupo que se alternam no poder por décadas.

No entanto, somente este argumento não seria capaz de explicar o abandono e descaso referente a estes espaços, haja vista que esta situação se configura como uma questão muito mais complexa e detentora de diversas ramificações intencionais.

Mesmo não existindo políticas de preservação efetiva, o governo municipal não pretende perder o status de cidade da cultura. Um exemplo claro disso constatado em 2007, encapado pela a prefeitura Municipal Mossoró, colocando Mossoró a “disputa” como “Capital Brasileira da cultura¹⁰”. Para tanto, recentemente foi criada na cidade um ambiente que visa dentre outros objetivos divulgar o potencial histórico desta, o conhecido Corredor Cultural. Portanto, tais empreendimentos, quase sempre perdem sua caracterização histórica cultural para se tornarem um espaço de sociabilidade. Dessa forma, o seu teor histórico, por parte da sociedade, é em muitos casos esquecidos remetendo um olhar vulgar a aqueles espaços que agradam, muitas vezes, mais pelo seu trabalho paisagístico do que pelo seu material histórico e importância cultural.

A identidade cultural da cidade é enaltecida pela manipulação desta memória histórica, como fruto desta manipulação surge à cidade pioneira na libertação dos escravos, a cidade que *resiste* ao temido bando de lampião e a cidade rica em sua cultura imaterial e material. Assim, surge uma cidade com um grande potencial ao turismo, uma cidade que não deixa a desejar em sua arquitetura moderna e seus espaços memorialísticos encaixados dentro de uma sociedade moderna.

A construção de “novos espaços históricos”, como o já citado Corredor Cultural, nos remete a um questionamento instantâneo; quais seriam as reais intenções do poder público em relação à adequação destes espaços? De fato alguns espaços, principalmente os mais atuais e modernos aparecem em destaque em detrimento aos ambientes culturais mais antigos que, como já foi citado, encontra-se esquecidos pelo poder público. “Fala-se bastante em manipulação da história, hoje esta prática já é bastante conhecida dos historiadores, e em uma argumentação mais ampla, pode-se dizer que tal exercício pode

¹⁰ONG CAPITAL BRASILEIRA DA CULUTURA, 2006.

tanto “manchar” como “alvejar” a identidade de um local. No caso específico da cidade de Mossoró, destaca-se uma possível manipulação da memória social em destaque a uma família em especial, os rosados. Discutimos essa pauta na obra *“Os Rosados encenam: estratégia e consolidação do mando”*¹¹. Estes novos lugares são, em muitos casos manipulados, com a proposta de recriar a identidade Mossoroense e seus prestígios culturais. A obra ora citada retrata muito bem como ocorreu este jogo de apropriação e manipulação da memória, através de estratégias muito bem definidas.

Todas estas discussões se gestam na dimensão da construção da memória, sendo que esta é tomada pelo poder público de forma hegemônica. Por outro lado, notamos que com “Lei complementar n.º 012/2006”¹², abre-se a possibilidade de novo cenário nas políticas públicas de preservação patrimonial. Apesar, de a mesma trazer uma ampliação e garantir um espaço maior para tal questão. Não é isso que observamos na conjuntura local. Estas se propõem abarcar uma dimensão muito mais extensa em relação à patrimonialização.

Em relação aos argumentos mostrados anteriormente, são evidente o que declara a Andréa Costa quando pensa a preservação do patrimônio cultural edificado, mas por outro lado, percebe-se que por trás desta “vaga” preservação, é notável certo desinteresse do poder público em legitimar as ações das leis que garante a preservação. O exemplodisso é só olharmos para a constituição de 1988, a qual garante em seu artigo 16 contornos e ações a serem adotado na preservação do patrimônio histórico. Porém, o que se observa no contexto local é que, há um distanciamento notável da preservação do patrimônio edificado. O que leva a concluir que a máquina pública vestindo-se de uma dominação absoluta, insere no espaço urbano estratégias pelas quais vai se construindo uma memória a partir de suas ações hegemônica. Assim, o passado que se aglutina nas edificações antigas parece ser algo não relevante. A destruição do patrimônio histórico arquitetônico da cidade como bem mostrou Andréa costa (2009) na última década, visto sobre uma análise atual converge no sentido de apagar um passado, uma memória para

¹¹ Lemuel Rodrigo da Silva

¹² Concomitante com plano Diretor

construir outras pautadas nos próprios interesses. Esse fato é notável quando olhamos para as práticas do poder público municipal.

O que se pode concluir a partir dessa nova ordem é que na preservação do patrimônio histórico da cidade não há uma política efetiva de preservação, e algumas edificações históricas passam a sofrer descaracterização a mercê do poder público/privado. Sendo que alguns prédios públicos no perímetro central foram apropriado por instituição privada que não contribuiu para sua preservação. Em relação às discussões mais recentes, Andréa (2009) ressalta que nas últimas décadas há uma valorização da área central, no sentido de que o espaço seja convertido em lugar atrativo para o turismo, onde há nesse momento um grande investimento do poder público na paisagem urbana, bem como nos eventos culturais. O último aspecto é visto como ponto positivo no sentido da ampliação do conceito patrimônio como afirma Barreto (2000), por outro lado, visto como um avanço que não contempla uma política de preservação do patrimônio material.

Nesse sentido, a cidade copia os outros modelos de cidades turísticas. Sendo assim, a primazia maior da prefeitura municipal é a atração do turismo. Ao mesmo tempo em que cria uma série de espetáculos para contar parte da história da cidade.

Com a modernização e o processo de urbanização, muitas cidades têm acelerado e buscado se adequar aos parâmetros contemporâneos. Nesse sentido, Andréa Costa (2009) e Almir Felix (2010) mostram que em relação à preservação patrimonial em muitas cidades tem sido visto neste contexto como uma tarefa difusa. Elas em grande parte não adotaram estratégias eficiente para com seu patrimônio edificado.

Considerações finais

Diante das questões levantadas neste artigo fica explícito que há uma ausência de uma política efetiva de preservação patrimonial. Isso constitui um grande problema, na medida em que se criam as leis, como foi caso da lei Nº 148/83¹³, o Plano Diretor de 1973 e a lei complementar 012/2006. Tanto as leis anteriores como as atuais têm sido criadas, mas pouco ou quase nada têm sido utilizadas. Tornando uma questão que requer uma interpretação mais acurada dos porquês de sua inutilização. Uma vez, que se cria um clima de avanço na dimensão de se organizar uma política de preservação. Ao mesmo tempo em que na prática nada ocorre. O que deveria ser posto era sua aplicabilidade, sobre o viés onde leissancionadas, suas aplicabilidades deverão ser cumpridas. Pois, a partir suas ações, tomaríamos consciência da importância da preservação do patrimônio arquitetônico e relevância para a preservação da memória local.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. – Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BURKER, Peter. **A Escola dos Annales** (1929 – 1989): a revolução Francesa da historiografia. São Paulo Fundação Editora da UNESP, 1997.

COSTA, André Virgínia Freire. **Lugares do passado ou espaços do presente?** Memória identidade e valores na representação social do patrimônio edificado em Mossoró-RN. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da políticafederal de preservação no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 4ª ed. Campinas, Unicamp, 1994.

¹³Zona Especial do Corredor Cultural de preservação Paisagista e Ambiental

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edi – revista dos Tribunais, 1990.

MOSSORÓ. **Lei nº 148/1983**, de 29 de setembro de 1983. Cria a zona Especial do corredor Cultural, de preservação paisagística e Ambiental do centro de Mossoró e da outras providências. Mossoró, 1983

_____ **Lei Complementar nº 012/2006**, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o plano Diretor do Município de Mossoró e da outras providências. Mossoró, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história** – a problemática dos lugares. In: Projeto História – Revista do programa de Estudos Pós- Graduação em História e do DHI-PUC/SP. São Paulo, n. 10, Dez/1993.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História de Patrimônio Histórico**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Os Rosados encenam**: estratégia e consolidação do mando. Editora: Queima Bucha, 2004.